



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

TRIBUNAL PLENO DE 09/10/13

ITEM Nº06

PEDIDO DE REEXAME

06 TC-002429/026/10

**Município:** Brotas.

**Prefeito:** Antonio Benedito Salla.

**Exercício:** 2010.

**Requerente(s):** Antonio Benedito Salla - Prefeito à época.

**Em Julgamento:** Reexame do Parecer da E. Segunda Câmara, em sessão de 23-10-12, publicado no D.O.E. de 08-11-12.

**Advogado(s):** Milena Guedes Corrêa Prando dos Santos, Julio Cesar Machado, Erica Verônica Cezar Veloso Lara e outros.

**Acompanha(m):** TC-002429/126/10 e Expediente(s): TC-001286/002/10, TC-021633/026/10, TC-001284/002/11, TC-025196/026/11, TC-029436/026/11 e TC-023063/026/13.

**Procurador(es) de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

**Fiscalização atual:** UR-2 - DSF-I.

**Sustentação oral proferida em sessão de 11-09-13.**

---

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de reexame interposto pelo Prefeito Antonio Benedito Salla em face da Decisão da Segunda Câmara<sup>1</sup> que emitiu parecer desfavorável às contas do município de BROTAS, relativas ao exercício de 2.010, por insuficiente aplicação dos recursos do Fundeb (94,09%), em descumprimento ao artigo 21, § 2º, da Lei Federal nº 11.494/2007.

O recorrente reivindica incidência da Deliberação TC-A-24468/026/11, publicada no DOE de

---

<sup>1</sup> Sessão de 23.10.2012;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

28/07/2011, visando remanejamento do valor excedente destinado ao ensino global para o cômputo de aplicação no aludido Fundo.

Objeta o montante apurado, pois se o Município aplicou 94,09% do Fundeb, restariam apenas R\$ 60.421,00 para que o percentual mínimo de 95% fosse atingido, e não R\$ 394.341,21 como consta do Parecer.

Assim, os R\$ 125.311,72 excedentes da aplicação global no ensino seriam mais do que suficientes para atendimento do mínimo de 95%, previsto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

O **setor de cálculos** da Assessoria Técnica (fls.288/294) diz que a peça não congrega elementos que abalem a conclusão de que o Município aplicou 94,09% dos recursos do Fundeb recebidos em 2010. Demais, anota a impossibilidade de se adotar a supracitada Deliberação, pois o excedente de aplicação no ensino com recursos próprios (R\$ 125.311,72) mostra-se inferior à deficiência de investimentos com verbas do Fundeb (R\$ 394.341,21).

Por entenderem que a Deliberação TC-A-24468/026/11 não se aplica ao caso e posto que confirmado o descumprimento do artigo 21 da Lei Federal 11.494/07, **Assessoria Técnica, Chefia da ATJ, Ministério Público e SDG** (fls.295/305) opinaram pelo conhecimento e não provimento do apelo.

Deferida vista ao final da instrução, o Responsável apresenta memoriais de fls. 308/327. Insiste no argumento de que a aplicação faltante corresponderia à diferença entre os 95% e os 94,09% constatados no parecer prévio.

O presente processo integrou a pauta de trabalhos do E. Tribunal Pleno de 11.09.13, ocasião em que o Dr. Julio Cesar Machado, advogado da parte, produziu sustentação oral, após o que foi retirado de pauta para os fins do disposto no artigo 105, I, do Regimento Interno.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Argumenta em favor de seu cliente que a aplicabilidade da Deliberação TC-A-24.468/026/11 deve ocorrer não com relação aos 100%, mas a 95% dos recursos do Fundeb, índice mínimo exigido pela Lei 11.494/07.

Sustentou, nessa direção, impor-se reavaliação da metodologia, especialmente porque em outros casos *"a Casa reconheceu que o que deveria ser recomposto é o índice de 95%"*. Cita os processos TC-003038/026/10, TC-002539/026/10, TC-002486/026/10, TC-002871/026/10, TC-2911/026/10, TC-2966/026/10 e TC-000359/026/09.

E quanto ao caso da Prefeitura de Vargem, objeto de exame nos autos do processo TC-2985/026/10, embora seja idêntico ao do Executivo de Brotas, adverte que estaria pendente de apreciação o respectivo Pedido de Reexame.

É o relatório.

GCECR  
MTM



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

**TC-002429/026/10**

### **VOTO**

Em **preliminar conhecimento** do recurso, na medida em que os pressupostos de admissibilidade previstos nos artigos 70 e 71 da Lei Complementar nº 709/93 e 159 e seguintes do Regimento Interno foram observados.

### **MÉRITO**

As alegações do recorrente não são capazes de alterar os fundamentos do v. acórdão da E. Colenda Segunda Câmara.

Com efeito, o voto de fls. 255/272 dá conta de que o município aplicou somente 94,09% (R\$ 6.284.058,55) do total de recursos recebidos do Fundeb (R\$ 6.678.399,76), portanto em desacordo com o artigo 21, §2º, da Lei Federal nº 11.494/2007.

Assim, resta claro que a insuficiência do Fundeb apurada nas contas de interesse é de R\$ 394.341,21 (5,91%) e não dos R\$ 60.421,22 defendidos pelo recorrente, de forma que o excedente aplicado com recursos próprios acima do mínimo constitucional (R\$ 125.311,72) é inferior ao necessário para se atingir os **100%** do volume de recursos do Fundeb, o que obsta a aplicação do quanto deliberado no TC-A-24468/026/11.

Há destacar que a pretensão do Responsável para que se considere o percentual mínimo de 95% previsto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007 não encontra guarida na jurisprudência<sup>2</sup> deste Tribunal, que admite, até as contas do exercício de 2010, remanejamento do valor

---

<sup>2</sup> TC-002839/026/10; TC-2047/026/08; TC-001965/026/08; entre outros.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

excedente aplicado no ensino global, desde que o sobejo seja suficiente para atingir os **100%** dos recursos do Fundeb.

Oportuna a invocação de voto proferido nos autos do TC-2985/026/10<sup>3</sup>, sob relatoria do Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga:

*"Não aproveita ao Município a possibilidade - aberta por alguns julgados desta Corte<sup>4</sup> e excepcionalmente admitida pela Deliberação TC-A-024468/026/11<sup>5</sup>, de 20-07-11 em relação às contas de 2010 - de compensar insuficiência de investimentos de recursos do FUNDEB pelo excesso de investimento de recursos próprios em relação ao mínimo exigido pela Constituição. O valor de R\$174.166,38, correspondente, na hipótese, ao referido excesso de aplicação de recursos próprios acima do mínimo exigido pela Constituição, é inferior ao valor de R\$314.022,45, necessário para atingir 100% dos recursos do FUNDEB. Por outras palavras: o excesso de aplicação não cobre a insuficiência da aplicação dos recursos do FUNDEB".*

Cabe destacar que o e. Tribunal Pleno, em sessão de 04.09.2013, confirmou a mencionada decisão de instância originária, não admitindo

---

<sup>3</sup> Contas da Prefeitura de Vargem, decisão da Segunda Câmara, em sessão de 03.07.2012;

<sup>4</sup> TC-000529/026/09, TC-000254/026/09, TC-001688/026/08,  
TC-000147/026/09, TC-000611/026/09, TC-000359/026/09,  
TC-000401/026/09, TC-001612/026/08, TC-001661/026/08,  
TC-001775/026/08, TC-001904/026/08, TC-001965/026/08,  
TC-002047/026/08 e TC-2839/026/10.

<sup>5</sup> DELIBERAÇÃO - (TC-A-024468/026/11):

Faz saber que, a partir das contas anuais de 2011, não mais será admitida qualquer forma de integralizar as aplicações do FUNDEB que não tenham guardado rigorosa observância às disposições do artigo 21, § 2º, da Lei federal n. 11.494/07, ainda que excedido o piso do artigo 212 da Constituição Federal.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

incidência da aludida Deliberação porque o investimento de recursos próprios acima do piso constitucional revelou-se insuficiente para cobrir os 100% do Fundeb.

Por fim, as decisões deste Tribunal invocadas pelo postulante não servem de supedâneo à hipótese dos autos. É que, naqueles particulares casos, houve incidência da Deliberação TCA-24468/026/11 exclusivamente porque as quantias faltantes, considerados 100% dos recursos do Fundeb, eram inferiores aos excessos verificados na aplicação no ensino global.

Ante o exposto, na linha das manifestações de setores da Assessoria Técnica, Chefia, Ministério Público e SDG, meu voto **nega provimento** ao Pedido de Reexame interposto, mantendo-se, em consequência, o r. Parecer da Colenda Segunda Câmara.

GCECR  
MTM